



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

Atena
Editora

Ano 2019



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919121	
CAPÍTULO 2	14
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.4651919122	
CAPÍTULO 3	32
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4651919123	
CAPÍTULO 4	48
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4651919124	
CAPÍTULO 5	60
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4651919125	
CAPÍTULO 6	72
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4651919126	

CAPÍTULO 7	83
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4651919127	
CAPÍTULO 8	96
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919128	
CAPÍTULO 9	108
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
DOI 10.22533/at.ed.4651919129	
CAPÍTULO 10	122
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
DOI 10.22533/at.ed.46519191210	
CAPÍTULO 11	134
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191211	
CAPÍTULO 12	147
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
DOI 10.22533/at.ed.46519191212	
CAPÍTULO 13	159
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
DOI 10.22533/at.ed.46519191213	

CAPÍTULO 14	172
ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL	
Paula Fogaça Alina Gonçalves Santiago Dirceu Piccinto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46519191214	
CAPÍTULO 15	190
HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
Lara Jhélia de Sousa Sampaio Mariana Luiza Bezerra Sampaio Hanna Morganna de Deus Alves Augusto César Barros de Moura Neiva Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.46519191215	
CAPÍTULO 16	202
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.46519191216	
CAPÍTULO 17	217
MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES	
Maria Isabel Camañes Guillén	
DOI 10.22533/at.ed.46519191217	
CAPÍTULO 18	231
DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão Hugo Fernando Calheiros	
DOI 10.22533/at.ed.46519191218	
CAPÍTULO 19	244
EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS	
Teresa Cristina Guerra de Andrade Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.46519191219	

CAPÍTULO 20	256
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.46519191220	
CAPÍTULO 21	264
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.46519191221	
CAPÍTULO 22	278
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
DOI 10.22533/at.ed.46519191222	
CAPÍTULO 23	290
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.46519191223	
CAPÍTULO 24	302
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191224	
CAPÍTULO 25	316
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191225	

CAPÍTULO 26	328
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
DOI 10.22533/at.ed.46519191226	
CAPÍTULO 27	344
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.46519191227	
CAPÍTULO 28	357
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191228	
CAPÍTULO 29	370
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
DOI 10.22533/at.ed.46519191229	
CAPÍTULO 30	380
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
DOI 10.22533/at.ed.46519191230	
CAPÍTULO 31	393
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

CAPÍTULO 32	406
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
CAPÍTULO 33	417
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
CAPÍTULO 34	424
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
CAPÍTULO 35	441
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
CAPÍTULO 36	447
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
CAPÍTULO 37	472
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
SOBRE A ORGANIZADORA	493
ÍNDICE REMISSIVO	494

ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Deborah Padula Kishimoto

Unipê, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
João Pessoa- Paraíba

Raissa Silva Rodrigues

Unipê, Departamento de Pós-Graduação em
Design e Arquitetura de Interiores
João Pessoa – Paraíba

RESUMO: O estudo a seguir parte dos questionamentos sobre a acessibilidade universal aos edifícios histórico, utilizando como objeto de estudo o Conjunto Franciscano em João Pessoa – PB, chancelado pela UNESCO. Em 2008, ocorreu a vigência da política pública voltada a acessibilidade, onde foi estabelecida pela Constituição Federal, que todos os imóveis fossem adaptados para pessoas com deficiência, valendo tanto para os imóveis a serem edificadas quanto para as adaptações daqueles existentes. Entretanto, as legislações preservacionistas brasileiras, exigem para as adaptações ocorridas em imóveis tombados restrições quanto as modificações em sua estrutura, requerendo um estudo aprofundado, para que seja mantido a autenticidade do bem após intervenção. Em casos isolados em edifícios históricos, a adaptação física/arquitetônica se torna inviável sendo preciso recorrer para utilização de artifícios visuais, auditivos ou táteis, como forma alternativa de

possibilitar acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A busca analítica deste trabalho está em discutir as condições estruturais presentes no Centro Cultural e discutir as consequências que podem gerar a perda na qualidade na interação usuário x espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Acessibilidade; Identidade Cultural.

ACCESSIBILITY IN CULTURAL HERITAGE: ANALYSIS OF THE SCENARIO OF THE FRANCISCANO ASSEMBLY IN JOÃO PESSOA-PB BY HOLDERS WITH REDUCED DISABLED OR MOBILITY

ABSTRACT: The following study starts from the questions about universal accessibility to historical buildings, using as object of study the Franciscan Ensemble in João Pessoa - PB, sponsored by UNESCO. In 2008, the public policy aimed at accessibility occurred, where it was established by the Federal Constitution, that all properties were adapted for people with disabilities, valid for both the buildings to be built and the adaptations of those existing. However, Brazilian preservationist legislation requires restrictions on buildings that are listed as restrictions on changes in their structure, requiring in-depth study to maintain the authenticity of the property after intervention. In

isolated cases in historic buildings, the physical / architectural adaptation becomes impracticable and it is necessary to resort to the use of visual, auditory or tactile devices, as an alternative way to allow access for people with disabilities or reduced mobility. The analytical search of this work is to discuss the structural conditions present in the Cultural Center and to discuss the consequences that can generate the loss in quality in the user x space interaction.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Accessibility; Cultural Identity.

1 | INTRODUÇÃO

Entre tantas barreiras a serem rompidas pelas pessoas com mobilidade reduzida, o presente trabalho, terá sua pesquisa direcionada para as condições encontradas nas edificações designadas como Patrimônio Cultural, sendo escolhido para a presente análise o Conjunto Franciscano, na cidade de João Pessoa-PB, abrindo uma discussão acerca de questões relevantes da acessibilidade, ainda pouco discutida na academia.

O Art. 30 do Decreto nº 6949, decreta aos Estados Partes, que reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência na participação ativa da vida cultural, em igualdade com as demais pessoas, tomarão providências para que estas, possam ter acesso aos bens culturais, com oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual. (BRASIL, 2009)

Tal afirmação, nos faz considerar que qualquer edificação de serviços abertos ao público ou de uso público, devem por obrigatoriedade e em respeito a pessoas com limitações, possuírem acessos apropriados, para que todos venham a adentrar as edificações, de maneira segura.

A acessibilidade por sua vez, vem para identificar e eliminar obstáculos e barreiras que por ventura possam aparecer durante o trajeto realizado com ou sem ajuda de aparelho específico - próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais - atendendo em todos os casos as diretrizes exigidas pela NBR 9050, onde a mesma visa:

“Proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.” (NBR 9050, 2015, p.01)

Qualquer diagnóstico, seja físico ou cognitivo, reconhecido pela medicina, sejam temporários ou permanentes, possuem o valor de antiguidade registrado na história da humanidade (SILVA, 1987, p. 21), o que irá diferenciar, será a forma como se vê o indivíduo, sendo através dos valores, sociais, morais, filosóficos, étnicos e religiosos, adotadas pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos.

2 | MOBILIDADE REDUZIDA DO USUÁRIO

2.1 Acesso universal da edificação histórica

Oscar Luiz Ferreira (2011), doutor em Arquitetura e Urbanismo e pesquisador das temáticas: Técnica e Tecnologia da Construção e Patrimônio Cultural e Acessibilidade, aponta no contexto histórico a predominância da exclusão e discriminação social, incluindo por parte da própria família, onde apontavam a deficiência como sendo um castigo, e a tornavam merecedora da morte ou abandono, para que desta forma, eliminasse os sinais de má sorte e maldição.

No Artigo 3^a do Decreto nº 3298/99 – Lei 7853/89 (BRASIL, 1999, p.01), deficiência é considerada como sendo:

Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Pode ser de carácter permanente, quando ocorreu a estabilização, ou a incapacidade, que gera uma redução efetiva e acentuada da capacidade de locomoção, sendo necessário o auxílio por equipamentos, adaptações para que possa desempenhar funções ou atividade.

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma deficiência, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. (SEDPcD, 2012, p. 11) No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), 45.606.048 brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

Após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência- CDPD, a deficiência passou a ser incorporada aos direitos humanos, onde passam a ser vistos não só pela característica de seu corpo, mas como portadores de deficiência perante a sociedade, tornando necessário o cumprimento de seus direitos e deveres, afim de inclui-los efetivamente no meio social.

O ambiente que não possui acessibilidade universal, gera um processo de exclusão, a partir do momento que apresenta barreiras que impossibilitem a participações efetivas de seus frequentadores. As legislações, políticas públicas, edificações ou de uso da tecnologia, quando aplicadas, acarretam soluções eficazes, como: acessibilidade de edificações e do transporte; sinalização para beneficiar portadores de deficiências sensoriais, entre diversos benefícios.

Atualmente no Brasil, a norma relativa a acessibilidade, é a ABNT- NBR 9050

1985/ atualizada em 2015, visando ressaltar critérios de sinalização, ergonomia para mobiliários e intervenções em bens tombados pelo patrimônio cultural.

Referente ao Bem Tombado, a NBR 9050, estabelece que:

“10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.” (NBR 9050, 2015, p. 122)

Entretanto, em caso de locais inacessíveis ou de visitação restrita, é indispensável possibilitar aos visitantes outras formas de acesso as informações, comunicando com antecedência tais medidas.

2.2 Preservação cultural

Ferreira e Máximo (2012), conceituam o patrimônio cultural como:

“Uma construção social fundamentada nos valores que lhes são atribuídos em diversos momentos de sua existência. Sua conservação está estritamente relacionada à preservação destes mesmos valores, quase que em uma relação tautológica.” (Ferreira e Máximo, 2012, p. 4)

O termo patrimônio histórico e artístico nacional, citado no Decreto Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, como sendo “o conjunto de bens móveis e imóveis no país” (BRASIL, 1937), obteve sua nomenclatura substituída pelo Patrimônio Cultural Brasileiro, na Constituição Federal de 1988 em seu Artigo número 216, reconhecendo a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de outras formas de preservação fora tombamento, como o Registro e o Inventário. (CF, 1988)

O Tombamento é um dos instrumentos mais antigo de proteção e reconhecimento do patrimônio cultural, que impede sua destruição e mutilação, tendo sua existência e característica, preservado por gerações presente e futuras.

No processo de tombamento no ano de 1938 do Conjunto Franciscano, situada na cidade de João Pessoa – PB, houve preocupação por parte do SPHAN, em relação as situações consideradas ruínas do piso e de parte do teto sendo necessário uma intervenção, encarregado pelos modernistas, de substituição das taboas e tijolos existente no piso e da reforma do teto. O processo de intervenção ocorreu também no adro, quando substituíram o piso, antes de tijolos cerâmicos, pelo lajeado de pedra calcários, forrando todo o espaço frontal da igreja.

Até a atualidade, questionamento são levantados a cerca do processo de intervenção realizado pelos intelectuais no Conjunto Franciscano, que acabou gerando uma obra de inovação ao invés de uma restauração, alterando em sua edificação muitos elementos construtivos primários e então apagados. Fato relatado no caderno técnico do “Projeto de Recuperação e Estabilização do Acervo Azulejar

do Convento”, realizado em 2016 pela Equipe Técnica- Grau, contratada pela Iphan, através da 20ª Superintendência Regional, que durante a execução do projeto, apontaram que os nichos nas paredes laterais do átrio, tiveram seus azulejos figurativos recobertos por espessa camada de cal, apontado pelos restauradores atuais, como tomada de ocasião das obras de 1941.

O patrimônio cultural não se trata de um imóvel intocável, ao contrário, o mesmo necessita com o passar do tempo de intervenções, que nesse caso, está direcionado a estrutura arquitetônica, por estar expostas a ações do tempo e vulneráveis as condições ambientais. Além das necessidades comuns de intervenções por parte da edificação, podemos também levar em consideração, as necessidades expostas por parte da sociedade, como o de acesso e locomoção no edifício.

Diante disso, vale levantar o questionamento acerca da execução das atividades que visem a preservação e permanência dos valores culturais, tanto por parte inicialmente dos órgãos, com medidas e incentivos preventivos, em segundo momento pela população, que acaba contribuindo com os efeitos sociais, com a degradação da diversidade cultural e patrimonial encontrados.

2.3 Conjunto franciscano

A terceira cidade mais antiga do país, João Pessoa, chamada inicialmente de Nossa Senhora das Neves, conta com uma quantidade de monumentos culturais, paisagísticos e artísticos muito grande e importante, apesar de alguns já terem desaparecidos, devido a urbanização da cidade. Esta área, é conhecida como “Centro Histórico”, protegida pelo Governo Estadual, e sua área delimitada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

A construção do Conjunto de São Francisco, iniciou em 1585 (Burity, 1984), após sua fundação, em agosto de 1585 (Melo 2002). De imediato foi construído apenas uma habitação para 12 frades e para funcionamento dos cultos, ficando pronto em meados de 1591, dando suporte aos franciscanos que aqui estavam. (Barbosa, 1994). Para chegar como se encontra hoje, as construções da Igreja levaram cerca de 200 anos, aproximadamente.

Existiram várias utilizações ao longo de sua construção, sendo além de convento e seminário, a casa dos exercícios, onde realizavam um momento de silêncio; vigília e seminários para pessoas serem enterradas.



Figura 1: Conjunto São Francisco - PB

Fonte: Acervo do autor

Desde meados de 1979, a igreja e convento foram transformados em um museu de arte sacra barroca, moderna e popular, aberto à visitação, no qual atualmente utilizado pela população para casamentos e eventos de grupos religiosos.

Segundos dados expostos pelo IPHAN, o monumento possuiu dois tombamentos: a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, teve seu tombamento em maio de 1938; já o Convento e Igreja de Santo Antônio e Casa de Oração e Claustro da Ordem Terceira de São Francisco (conjunto Arquitetônico), outubro de 1952. (IPHAN, 2015)

Com edifício em dois pisos, possui sua arquitetura e decoração com predominância o estilo barroco, além da existência do rococó, e até traços brasileiro e nordestino, este último também presente na arte sacra, com a representação da nossa realidade tropical da região. (Burity, 1984; p. 68-71)

Foi reaberto em 1990, após elaboração de um plano de revitalização de uso, adaptando espaços para exposição, bibliotecas e arquivos, além de apoio para atendimento e comodidade do público, completando o conjunto com um jardim botânico.

3 | AVALIAÇÃO DO ESPAÇO

O intuito das visitas técnicas estava em analisar a acessibilidade física do espaço, de forma que fosse vivenciado todo o percurso realizado pelos visitantes, desde seu acesso externo, até suas instalações internas.

A principal via de acesso ao Centro Cultural de São Francisco, possui fluxo mediano tanto para pedestres como para carros e nas intermediações existem colégios, faculdades, e outros bens tombados pelo patrimônio cultural, que exigem

um caminho retilíneo e de fácil fluidez ao pedestre pela quantidade de pessoas que utilizam a área.

Não foi identificada nenhuma faixa de pedestre que dê suporte as 4 rampas (figura 2) existentes na calçada de acesso ao centro cultural. Apenas em duas, foi constatado a faixa tátil de alerta para a orientação e identificação aos deficientes visuais, e no geral, constatamos o estado degradado destes equipamentos.

A inclinação existente no percurso realizado até a fachada do centro (figura 3), torna indispensável o cuidado para que não se perca o controle de velocidade, em uma cadeira de rodas, por exemplo, além de piso inapropriado (pedras desniveladas).

Os dois lances de escada (figura 4), com piso entre 0,485m e 0,510m, e espelho de 0,215m e 0,230m, e sem a presença de corrimãos em sua extensão, foge do que a NBR 9077(ABNT, 2001) e a NBR 9050(ABNT, 2015) propõe como parâmetros, sendo dimensionamento apropriado do piso: $0,28m \leq p \leq 0,32m$ e espelhos: $0,16m \leq e \leq 0,18m$. (2001, p. 09; 2004, p. 61)

Este vai ser o primeiro obstáculo mais evidente da acessibilidade no acesso, não disponibilizando nenhuma outra forma de vencer os lances de escada, com rampas ou corrimões, mesmo que provisório ou removíveis, ou uma outra forma que não interfira no bem tombado. Devemos ressaltar a existência de uma via secundária pela Rua Gama Rosa, por trás do conjunto, mas fomos informados pela guia presente, que sua utilização não é permitida livremente, visto que a administração tenta assim evitar a dispersão dos visitantes na região, medida tomada para prevenir possíveis incidentes. Porém, em casos extremos, a passagem poderá ser liberada para tráfego de carros, com aviso prévio.



Figura 2: Acesso externo do Conjunto Franciscano

Fonte Acervo do autor

A entrada principal, que acessa o Galilé (figura 5), feito de pedra calcária, aparece atualmente bem desgastado, com vários declives em sua extensão, reflexo da grande circulação de pessoas, com uso da mesma entrada há vários anos. Sendo questionado neste ponto em especial, medidas que pudessem estar estabilizando a degradação que ocorre na edificação neste espaço, e que simultaneamente, esta solução adotada viria a tornar mais viável o acesso de um equipamento de locomoção ou de uma pessoa com mobilidade reduzida.

No Galilé (figura 6), possuem fixados 5 totens, expondo de maneira escrita e visual, o contexto histórico do Conjunto Franciscano. Este meio utilizado para a exposição de informações, trata-se de uma problemática a partir do momento que se analisa isoladamente públicos diversos. Podemos citar neste momento, o êxito que se tem do equipamento usado, quando é visto pelo público que possui alguma deficiência auditiva, utilizando das imagens e escrita, para obter o conhecimento ali exposto. Porém, quando se tratar da deficiência visual, esta encontra a dificuldade de autonomia, sendo necessário o auxílio naquele momento. Vale salientar, que os guias do local, só se encontram disponíveis para o acompanhamento dos visitantes a partir da recepção, ambiente posterior ao descrito atualmente. É válido deixar aqui o questionamento de que, se tratando de um equipamento implementado no edifício

histórico (sem informações da data exata), o mesmo poderia sofrer modificações e então ser inserido como solução permanente, o sistema Braille - escrita e leitura em relevo - utilizada pelos deficientes visuais.

Na portaria, o degrau (figura 7) foi solucionado de forma temporária e parcialmente, com a instalação de uma rampa, com estrutura de madeira e piso emborrachado antiderrapante. Pode-se considerar sua estabilidade bastante duvidosa, ocasionando insegurança em seu uso, além das dimensões de sua estrutura divergentes daquelas exigidas para rampas de acesso. Partindo desta descrição, é visto uma solução plausível em relação a acessibilidade em patrimônios tombados, que se trata da inserção de equipamentos removíveis como meio de sanar a problemática, de modo que sua utilização não afete o edifício e sua autenticidade, levando em consideração todas as normas e leis que giram em torno destas vertentes e tecnologias existentes.



Figura 3: Contexto histórico do centro em totens

Fonte: Acervo do autor

No banheiro, as portas atendem as exigências da NBR 9050, ocorrendo o mesmo na dimensão da rampa que dá acessos aos espaços privativos com os acentos sanitários e a bancada da pia, tanto no banheiro feminino quanto no banheiro masculino. Encontramos apenas divergências na zona da bacia sanitária, fora da determinação de área mínimas para circulação de cadeira de roda.



Figura 4: WC Masculino e Feminino

Fonte: Acervo do autor

No geral, foi notável observar as superfícies irregulares e com desníveis, com a presença de diversos tipos de pavimento, tanto no adro como nas instalações internas do Centro Cultural. Além da vasta existência de degraus em todo centro, balcão da recepção não adaptada, falta de treinamentos específicos dos guias para atendimento dos visitantes, como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros procedimentos para atendimento de pessoas com alguma deficiência ou restrição, onde é indispensável uma solução paliativa.



Figura 5: Escadas para piso superior, degraus para sala de couro e descida para piso inferior, respectivamente

Fonte: Acervo do autor

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, desde o princípio, foi direcionado em dois pontos: preservação e acessibilidade, com objetivo de analisar, avaliar, todo universo que cerca essas duas vertentes. Para isso, foi preciso um maior conhecimento do contexto tanto do que se tratava o patrimônio, quando a que se referia a acessibilidade, afim de chegar em um

ponto em comum entre eles, fazendo uso de forma harmônica de seus conceitos em um único espaço, neste caso o Conjunto São Francisco – PB.

A tarefa principal ao se tratar da preservação do patrimônio, é a da recriação e ressignificação da memória, reforçando a necessidade da participação da sociedade nesta tarefa de preservação, sendo estas guardiã dos valores, em que necessita do conhecimento de seu patrimônio e dos meios da preservação.

Sabemos que infelizmente há um outro cenário em nossos patrimônios culturais, onde a degradação e o esquecimento de uma história fazem parte da realidade de algo que deveria ser carregada conosco desde sempre. Faz necessário a todo instante uma conscientização em vários aspectos, e em ambos os lados, população e gestores dos órgãos responsáveis.

Por fim, a pesquisa realizada, buscou relatar de que modo pode haver o equilíbrio entre a preservação e o direito da sociedade de apropriar-se dos espaços pertencentes a sua história e fruto de um passado, digno de sua permanência para o futuro. Medidas devem ser tomadas para chamar a população aos centros históricos, e para isso, deve possibilitar a estes, condições mínimas de acesso, sem ferir os princípios expostos e respeitados por todos para com aquela edificação.

O resultado, por tanto, se tratou na identificação de vários espaços inacessíveis ao usuário, em especial aos de mobilidade reduzida, com deficiência na visão ou audição. Com ela, obteve como proposta, a de sanar a necessidade de acesso saudável em um dos trechos, que se trata da porta da entrada principal até a porta da recepção, utilizando de rampa e corrimão, vencendo dois degraus que existiam no percurso, ocasionando a quebra de duas barreiras, de forma aceitável, já que a estrutura em nada afeta estruturalmente a edificação, e quanto ao visual, procurou o mais discreto possível, que não interfere em sua arquitetura.

Vale salientar, que todos os dados e resultados aqui apresentados, se tratam de uma pequena parte de um universo que norteia tais vertentes - acessibilidade e patrimônio cultural - devendo, portanto, dar continuidade nas temáticas, aprimorando os estudos, e ambicionando alcançar desfechos notáveis para sociedade.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2015.

_____. NBR 9077. **Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2001.

ACERVO AZULEJAR. In: CAMPELO, Felipe (Cord.) Caderno Técnico: **Conjunto Franciscano de Santo Antônio João Pessoa, PB**. João Pessoa: 20ª SR IPHAN, 2016. (Projeto de Recuperação e Estabilização do Acervo Azulejar Convento Franciscano de Santo Antônio João Pessoa-Paraíba)

BARBOSA, **Cônego Florentino. Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba.** João Pessoa: Editora A União, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**

____. **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.**

____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.**

____. Lei nº 7.853, de 20 de outubro de 1989. **Legislação Brasileira sobre pessoas com deficiência.**

BURITY, Glauce Maria Navarro. **A presença dos Franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio.** Mestrado (Dissertação). Programa de Pesquisa e Pós Graduação - História: UFPE. Recife, 1984.

FERREIRA, Oscar Luíz. **Patrimônio Cultural e Acessibilidade: As intervenções do Programa Monumenta, DE 2000 A 2005.** Tese (Doutorado). Programa de Pesquisa e Pós Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com Deficiência.** 2012. Disponível em: < <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acesso em: 17 dezembro 2017

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico. Portal do Iphan: **Instrução Normativa nº 1. 2003.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf>. Acesso em: 02 abril 2017.

M. A. da S. Máximo e O. L. Ferreira. **Acessibilidade, Autenticidade e Patrimônio recentes no Brasil: O Palácio Itamaraty e o Instituto Central de Ciências – ICC.** Coimbra: 4ª Congresso Construção, 2012.

MEDEIROS, Adriana Guerra. **A Igreja de São Francisco/ Convento de Santo Antônio em João Pessoa – PB: evolução temporal e análise com base no olhar do turista.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharel). UFPB. João Pessoa, 2016.

MELO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba.** João Pessoa: Editora A União, 2002.

Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPCD, 2012. 334 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465
Arqueologia Pós Desastre 96, 99
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457
Arquitetura sensorial 1
Automação 357, 363, 364, 368, 369
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466
Construção sustentável 357, 359
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

D

Desastre ambiental 244
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314
Espaço de preservação 1
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

F

Fontes renováveis 370, 371, 373

H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491
Policromia 108, 109, 110, 111, 120
Pontes 380, 381, 382, 391, 392
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

R

Reconstituição 14, 24, 391
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

S

Serviço social 134, 135, 136, 144
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

